



I Congresso Internacional Mulheres em STEAM

A LEI 11.645/08 E O ENSINO DE CIÊNCIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL I: UM ESPAÇO PARA AS CIENTISTAS NEGRAS

Ana Beatriz Marcondes¹, Rafaela Alves Luzia da Silva¹

Resumo. A presente pesquisa, ainda em andamento, foi motivada pela interseção dos interesses das autoras: gênero, raça e prática docente no Ensino Fundamental I. Tem como objetivos fomentar o debate racial e de gênero no cotidiano escolar, assim como dar visibilidade a mulheres negras na ciência. Um álbum de figurinhas sobre cientistas negras brasileiras está em desenvolvimento, ao longo do ano letivo de 2022 da disciplina Laboratório de Ciências de uma escola pública Federal, como produto pedagógico. Os resultados parciais apontam a pouca visibilidade dada às cientistas do gênero feminino. Tal realidade transborda na representação social que os alunos possuem deste grupo. A Lei 11.645/08, que inclui a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo nacional, fundamenta a proposta de criação de uma ferramenta pedagógica antirracista. Espera-se que esta proposta contribua com a construção positiva da visão das crianças a respeito de um cientista.

Palavras-chave. Lei 11.645/08, Cientistas Negras, Ensino Fundamental I.

1. INTRODUÇÃO

A lei 11.645/2008 tornou obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos brasileiros de ensino fundamental e médio, sejam eles público ou privado. Cabe destacar que a lei prevê que tais conteúdos sejam abordados no âmbito de todo currículo escolar (BRASIL, 2008).

A legislação não direciona como tais conteúdos devem ser abordados. A pauta, muitas vezes negligenciada, comumente assume a forma de projetos pontuais ou comemorações do Dia do Índio² e o Dia da Consciência Negra. Considerando o cenário apresentado, esse trabalho tem como objetivo fomentar o debate racial e de gênero no cotidiano escolar; dar visibilidade a mulheres negras na ciência e produzir um álbum de figurinhas como produto educacional e ferramenta pedagógica antirracista para turmas do 4º ano do Ensino Fundamental I.

Estudar possibilidades para a aplicação efetiva e contextualizada da Lei 11.645/08 também no Ensino de Ciências e no Ensino Fundamental I é relevante e necessário. A elaboração de um álbum de figurinhas como um produto pedagógico antirracista contribuirá, neste processo, para levar ao público - alvo o conhecimento da existência de grandes cientistas brasileiras negras e seus feitos.

A pesquisa é de natureza aplicada com abordagem qualitativa. A presente proposta foi desenvolvida no ano letivo de 2022 em uma escola pública federal localizada na cidade do Rio de Janeiro. Organizados em 4 turmas, os estudantes da disciplina Laboratório de Ciências do 4º ano do Ensino Fundamental I são o público alvo deste trabalho. Cada turma

¹ Universidade Federal de São Paulo, SP, Brasil

² Ainda que não esteja correto, o termo ainda é utilizado com frequência nas instituições escolares



I Congresso Internacional Mulheres em STEAM

conta com 25 estudantes, totalizando assim 100 crianças de entre 8 e 9 anos de idade envolvidas na pesquisa.

A escolha por esse público não foi aleatória. A motivação surgiu no ano letivo de 2021, quando a então turma do 3º ano foi incentivada a realizar uma pesquisa sobre um cientista. O resultado apontou a predominância de cientistas homens (77,77%) em detrimento de cientistas do gênero feminino (22,22%). Nenhum cientista negro foi citado, independente de gênero (LUZIA E SANTOS, 2021).

2. CITAÇÕES

Pinheiro (2021) aponta que os padrões de colonialidade impostos pelo ocidente promovem um rebaixamento da intelectualidade e, conseqüentemente, da humanidade negra. Tal imposição é refletida em práticas pedagógicas, que folclorizam e estereotipam a população negra. Impacta ainda na construção de um currículo escolar que nega a disseminação de conhecimentos ancestrais em diferentes áreas do conhecimento, incluindo ciências da natureza.

Outras relevantes questões relacionadas a gênero ampliam esse debate. No campo da Ciência, também são apontados como relevantes a invisibilidade de mulheres negras nos livros didáticos (PEREIRA E ELIAS, 2021), a ausência de suas contribuições na construção da ciência (ROSA, 2015) e o imaginário de crianças pequenas do cientista enquanto um homem branco (LUZIA E SANTOS, 2021).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse processo contribuiu para levantar o debate sobre a Lei 11.645/08 no Ensino de Ciências no Ensino Fundamental I. A partir deste trabalho, é possível concluir, ainda que parcialmente, que a visibilidade da mulher negra na ciência é ínfima, se comparada a de homens brancos. Assim, espera-se que os estudantes ampliem sua visão a respeito dos cientistas, considerando os feitos e conquistas das mulheres negras brasileiras.

REFERÊNCIAS

- A. C. A. Pereira e M. A. Elias. "A invisibilidade da mulher negra na Ciência: uma análise a partir de livros didáticos de Ciência e Biologia". Em: **Revista Educar Mais** (2021), pp 491-499. doi: <https://doi.org/10.15536/reducarmais.5.2021.2285>.
- B. C. S. Pinheiro. **História Preta das Coisas**. 1ª. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2021. isbn: 978-65-5563-085-5.
- BRASIL. **Lei nº 11.645**. Site do Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Online. Acessado em 25/08/2022, <http://www.planalto.gov.br>.
- K. Rosa. "A (pouca) presença de minorias étnico-raciais e mulheres na construção da ciência". Em: **XXI Simpósio Nacional de Ensino de Física – SNEF**. 2015. isbn: 978-85-7861-295-5.
- R. A. Luzia e V. L. Santos. "Liga da Ciência: Aproximando o letramento racial do Ensino Fundamental I". Em: **IV Arvorecer Negro - A internet como palco de luta: ciberativismo negro e as disputas do mundo virtual às ruas**. 2021. isbn: 978-65-5941-729-2